

MINUTA DA REUNIÃO DA MESA NACIONAL 9 JULHO 2016

A reunião da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda de dia 09 de Julho de 2015 teve início às 10h e 30 min, com a presença dos camaradas que se encontram no documento anexo à minuta, iniciando com a votação da constituição da Mesa da Mesa Nacional, sendo composta pelos camaradas Pedro Soares, Maria Jorgete Teixeira e Cristina Guedes. A constituição da mesa de direção dos trabalhos foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente foi proposta pela mesa a seguinte OT:

1. Regulamento da Mesa Nacional;
2. Resolução da Mesa Nacional;
3. Eleição da Comissão Política

A Ordem de Trabalhos foi aprovada por maioria com uma abstenção.

Foram ainda sugeridos pela mesa os tempos de intervenção para cada ponto: 2min, 4 min e 2min respectivamente.

PRIMEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS:

O camarada Pedro Soares informou que estavam abertas as inscrições para apresentação de alterações à proposta de regulamento da MN.

Durante as intervenções os camaradas apresentaram propostas de alteração ao documento em questão. A camarada Helena Figueiredo sugeriu alterações aos pontos 6, 18 e 27, bem como acrescentar um novo ponto onde se regulamenta a distribuição dos documentos com 72h de antecedência; os camaradas João Madeira e Mamadou Ba concordaram com a introdução das 72h. Os camaradas António Lima, Sara Rocha, Jorge Costa e Luísa Cabral propuseram diversas alterações ao ponto 15.

A mesa fundiu algumas sugestões, colocando à votação as alterações tendo sido todas aprovadas por maioria. Foi votado o documento na sua globalidade o qual foi aprovado por unanimidade e se anexa à presente minuta.

SEGUNDO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS:

A mesa informou que estavam em discussão duas propostas de resolução, a primeira subscrita por Catarina Martins e outros/as camaradas e a segunda subscrita por Carlos Carujo e outros/as camaradas. Foram ainda levadas à mesa várias propostas de adendas à resolução subscrita por Catarina Martins.

Catarina Martins e Carlos Carujo apresentaram as respetivas propostas de resolução.

Durante as 37 intervenções, que ocorreram em seguida, alguns camaradas apresentaram propostas de alteração e de adendas aos documentos em questão, tendo sido algumas delas integradas pelos proponentes. No decorrer das intervenções o camarada Francisco Alves informou ainda a MN que a Comissão de Direitos já tinha realizado a primeira reunião, de onde tinham considerado pertinente continuar a desenvolver o trabalho iniciado pela Comissão anterior relativo aos distritos do Porto e de Leiria.

Procedeu-se à votação, em alternativa, das propostas de resolução. Foi aprovada por maioria a subscrita pela camarada Catarina Martins. Não foi aprovada a proposta subscrita pelo camarada Carlos Carujo tendo obtido 9 votos a favor. Verificaram-se 4 abstenções. A resolução aprovada está anexa a esta minuta.

TERCEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS:

A mesa colocou à consideração dos mesários a possibilidade de existência de suplentes na lista para a Comissão Política (CP).

Ocorreram intervenções dos camaradas Pedro Filipe Soares, Alexandra Freire, Cristina Semblano, Helena Figueiredo, Mamadou Ba, Serafim Duarte e Samuel Cardoso. Foram sugeridas três hipóteses: i) não existência de suplentes; ii) existir um número de suplentes igual ao número de efetivos ou iii) não existir número limite de suplentes.

Foram colocadas à votação as diferentes sugestões. Foi aprovada por maioria a proposta da existência de um número de suplentes igual ao número de

efetivos apresentado por cada moção, caso as listas pretendam incluir suplentes.

A mesa recebeu a lista para a Comissão Política que divulgou, informando os mesários do período em que a urna para o exercício por voto secreto estava aberta.

Após o encerramento da urna procedeu-se à contagem dos votos, tendo havido 73 votos validamente expressos, onde 67 votos foram a favor da lista para a CP e 6 abstenções.

A Comissão Política eleita tem a seguinte composição:

- Beatriz Gomes Dias, Catarina Martins, Catarina Príncipe, Conceição Peralta, Fabian Figueiredo, Isabel Pires, Joana Mortágua, João Madeira, Jorge Costa, José Gusmão, José Soeiro, Luís Fazenda, Luís Monteiro, Maria Manuel Rola, Mariana Mortágua, Marisa Matias, Patrícia Barreira, Pedro filipe Soares, Pedro Soares, Samuel Cardoso e Sandra Cunha.

Não havendo mais assuntos a tratar, a mesa deu por encerrada a reunião da Mesa Nacional, a primeira após a X Convenção Nacional.

LISTA DE PRESENCAS E AUSÊNCIAS

Estiveram presentes os seguintes camaradas:

Adelino Manuel Guimarães Fortunato
Alberto Manuel Belo da Cunha Matos
Alexandra Sofia Freire
Ana Beatriz Gonçalves Rosa
Ana Cristina Correia Ferreira
Ana Filipa Teixeira Gonçalves
Ana Lúcia Duarte Massas
Ana Sofia Pedro Roque
António Augusto Jordão Chora
António Manuel Raposo Lima
António Meireles de Magalhães Lima
António Ricardo
Arnaldo Sarroeiro
Beatriz Arnedo
Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias
Bela Irina Passos Natário de Castro
Belarmina Vaz
Carlos Alberto Sainica Carujo
Catarina Furtado Rodrigues Nunes de Oliveira

Figueiredo
Catarina Soares Martins
Clara Maria Mendes Pais Alexandre
Cristiana Martins de Sousa
Cristina Maria Borges dos Santos da Silva Guedes
Cristina Semblano
Elisabete Maria Melo Figueiredo
Francisco Colaço
Gonçalo Pessa
Helena Maria Moura Pinto
Humberto Silveira
Inês Pizarat Correia Bom
Isabel Cristina Rua Pires
Joana Rodrigues Mortágua
João Camargo Ribeiro Marques dos Santos
João de Meneses da Costa
João Manuel Duarte Vasconcelos
João Manuel Martins Madeira
João Santos
Jorge da Glória Barreto Candeias Nunes
Jorge Duarte Gonçalves da Costa
José Borges Araújo Moura Soeiro
José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão
Joseph da Silva
Júlia Maria Ferreira Mendes Pereira
Luís Artur Ribeiro Gomes
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Luís Valentim Pereira Monteiro
Luísa Cabral
Mamadou Baila Ba
Manuel António Azenha Santos Pereira
Marco Alexandre da Silva Loureiro
Maria Helena de Carvalho Governo de Figueiredo
Maria Jorgete Ribeiro de Sá Teixeira
Maria José Vitorino Gonçalves
Maria Manuel de Almeida Rola
Mariana Correia Gomes
Mariana Rodrigues Mortágua
Mariana Rosa Aiveca
Marisa Isabel Santos Matias
Moisés Salvador Coelho Ferreira
Mónica Neto
Nelson Ricardo Esteves Peralta

Paulo Fernando Teles de Lemos e Silva
Paulo José Maio Sousa Mendes
Pedro Filipe Gomes Soares
Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares
Ricardo Sant'Ana Godinho Moreira
Roberto Carlos Teixeira Almada
Rui Manuel Lourido Nóvoa
Rui Miguel Curado da Silva
Rui Pedro Costa Lopes
Samuel Marcelino Belchior Cardoso
Sandra Cristina Andrade Carvalho
Sandra Mestre da Cunha
Sara Alexandra Schuh Reis
Sara Cristina Oliveira dos Santos
Sara Rita Neto Rocha
Serafim José dos Santos Duarte

Estiveram ausentes os seguintes Camaradas:

Adriano Pereira Campos
Alex Matos Gomes
Ana Patrícia Romão Barreira
Carlos Alberto Matias do Couto
Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues
Catarina Príncipe Leal Azevedo Fernandes
Érica Almeida Postiço
Fabian Filipe Figueiredo
Helena Maria Moura Pinto
Marco Paulo Dominguez Mendonça
Maria Cecília Vicente Duarte Honório
José Manuel Boavida
José Manuel Marques da Silva Pureza
Maria Celeste Rodrigues dos Santos
Maria da Conceição Ferreira de Sousa Peralta
Paula Cristina Barata Monteiro da Costa Nogueira

REGULAMENTO INTERNO DA MESA NACIONAL (ELEITA NA X CONVENÇÃO NACIONAL)



I - MESA NACIONAL

1. A Mesa Nacional (MN) é o órgão máximo do Bloco de Esquerda (BE) no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir o Movimento, nos termos dos poderes atribuídos pelos Estatutos.

2. O funcionamento interno da MN rege-se pelas normas estatutárias do BE e por este Regulamento.

3. Compete à MN eleger uma Comissão Política (CP) que observe o princípio da paridade de género 50/50, tendo em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes moções apresentadas à Convenção Nacional.

4. Para efeitos do número anterior, cada conjunto de membros da MN eleitos por uma moção que indique mais do que um elemento para a CP tem de cumprir a paridade na sua proposta.

5. No caso de demissão de um membro da MN, este será substituído no seu mandato pela primeira pessoa não eleita da mesma lista submetida a voto na X Convenção Nacional ou, em caso de impossibilidade desta, pelo membro da lista sucessivamente subsequente.

II - CONVOCAÇÃO DA MESA NACIONAL

6. A MN tem reuniões ordinárias com periodicidade bimestral.

7. A MN pode ter reuniões extraordinárias.

8. A MN é convocada por decisão da CP ou de vinte por cento dos membros da MN.

9. Nos termos do número anterior, o requerimento a convocar a reunião da MN deve ser dirigida à CP, com indicação da respetiva proposta de ordem de trabalhos e de eventuais projetos de resolução a debater.

10. Compete à CP convocar todos os membros da MN, com antecedências mínimas de uma semana, para as reuniões ordinárias, e de 48 horas para as reuniões

extraordinárias, procurando que na data e no local

da reunião se verifique um número de presenças que assegure a existência de quórum.

11. As convocatórias das reuniões da MN devem incluir propostas de Ordem de Trabalhos.

12. Os membros da MN serão convocados via correio eletrónico sempre que possível, ou por correio postal na ausência de morada de correio eletrónico, sendo da responsabilidade de cada membro manter os respetivos endereços devidamente atualizados junto dos serviços centrais do Bloco.

13. A CP anunciará publicamente a convocação das reuniões da MN na agenda do site do BE.

14. A Comissão de Direitos é convidada para as reuniões da MN.

15. Serão convidados/as a assistir às reuniões da MN, sem direito a voto, o tesoureiro/a nacional e quem for indicado/a por coordenadora distrital, coordenadora setorial e grupo de trabalho aprovado pela MN, em função da necessidade de informação sobre o trabalho da direção nacional do Bloco.

III - REGIME DE FALTAS E DE SUSPENSÃO DE MANDATOS

16. As faltas às reuniões da MN devem ser justificadas.

17. Tratando-se de uma falta previsível, o membro da MN pode avisar o Secretariado para que se proceda à sua substituição nessa reunião pelo primeiro elemento da mesma lista que não esteja a exercer funções na MN ou, por impossibilidade expressa pelo próprio/a, do elemento sucessivamente subsequente.

18. A suspensão temporária do mandato de membro da MN é possível por um período de tempo seguido, desde que não seja superior a 6 meses, recaindo a substituição na primeira pessoa não eleita da mesma lista com condições para esse efeito. A suspensão é renovável, não podendo no total ultrapassar os 12 meses, e pode ser levantada pelo/a próprio/a mediante comunicação para esse efeito ao Secretariado.

19. No caso do ponto anterior, o período de suspensão inclui o tempo entre reuniões da MN, sendo o pedido de suspensão dirigido ao Secretariado com indicação da data de início e de final do período de suspensão.

20. A substituição de um membro da MN por falta a reuniões no caso de ser membro da CP, não abrange estas funções.

21. A CP não está abrangida pelo presente regime de faltas e de suspensão de mandato.

IV - DIREÇÃO DOS TRABALHOS

22. A CP, na abertura da reunião, propõe uma Ordem de Trabalhos, um horário e os

tempos disponíveis em cada ponto para apresentações e debates, bem como uma mesa para a reunião.

23. Qualquer membro da MN presente na reunião pode apresentar propostas

alternativas às da CP para OT, horários e tempos de intervenção, bem como de elementos para a mesa da reunião.

24. A mesa da reunião deve tomar as medidas convenientes para que a Ordem de Trabalhos, horários e tempos de intervenção sejam cumpridos coletiva e individualmente.

25. Qualquer votação só deverá ser realizada verificando-se a existência de quórum.

26. Só podem ser submetidas a votação propostas distribuídas com pelo menos 72 horas de antecedência, com exceção das propostas de resolução política ou moções que, em razão da urgência ou da oportunidade, sejam devidamente fundamentadas pela CP ou pelos proponentes.

27. As declarações de voto devem ser feitas por escrito e anexadas à minuta.

28. A minuta de cada reunião, que inclui a lista de presenças e ausências, os documentos aprovados e discutidos e eventuais declarações de voto, é elaborada pela mesa eleita para essa reunião, enviada para o Secretariado e para os membros da MN no prazo de uma semana após a data da reunião, devidamente arquivada nos serviços centrais do Bloco e publicada no site do Bloco.

29. Os membros presentes na reunião assinam uma

folha de presenças.

IV - FINANCIAMENTO

30. Constarão do Regulamento de Finanças os critérios para a prestação de apoio às deslocações dos membros da MN.

31. O orçamento central deve prever dotações em rubrica própria para o funcionamento da MN.

*A Mesa Nacional eleita na X Convenção Nacional
9.julho.2016*

Aprovado por unanimidade

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO

9 DE JULHO DE 2016

1. A UNIÃO EUROPEIA RESPONDE AO BREXIT COM AUTORITARISMO E CHANTAGEM

A falência do projeto europeu e a crescente distância dos povos europeus desse projeto é o fruto de sucessivos tratados e decisões políticas tomadas por um diretório que leva sempre mais longe os erros anteriores. O referendo britânico é mais um momento do ciclo da desagregação europeia: em vez de aprender com os erros do passado, o diretório europeu responde ao Brexit penalizando os britânicos pela sua escolha e aprofundando o autoritarismo no seio da União Europeia.

Muitos dos votos pela saída do Reino Unido da União Europeia foram ganhos pelo discurso anti-imigração. Mas caricaturar o “sair” como simplesmente xenófobo, ignorando que foram Cameron e a campanha pelo “ficar” quem fez um acordo não menos xenófobo com a União Europeia e que o “ficar” que agrediu os setores sociais mais desfavorecidos da população com desemprego e austeridade, é uma simplificação política que armadilha o debate. O nervosismo dos dirigentes europeus vão de braço dado com a sua fidelidade à punição dos trabalhadores e dos setores sociais mais frágeis e com o seu desdém pela democracia. A União Europeia, para largos setores da população europeia, é agora sinónimo de chantagem, austeridade e desrespeito pela capacidade de decisão dos povos, e é disso que se alimenta a narrativa da extrema-direita por toda a Europa.

2. ORÇAMENTO 2017 É O ALVO DA DIREITA E DE BRUXELAS

A prioridade imediata do Bloco de Esquerda é bater-se por novas conquistas sociais na negociação do Orçamento do Estado para 2017. Sabemos bem das dificuldades de uma negociação feita sob enormes pressões externas e internas. À chantagem das sanções, junta-se a pressão de um sistema financeiro fragilizado, pesada herança da inação e permissividade da troika que a direita apenas agravou, e uma economia estagnada. Sem uma reestruturação da dívida que permita libertar recursos para o investimento e a criação de emprego, tal como o Bloco vem propondo, e sem rejeitar as imposições do Tratado Orçamental, as opções orçamentais para responder às necessidades do país são cada vez mais limitadas.

O diretório europeu aposta tudo na capitulação da maioria parlamentar à ortodoxia da austeridade; como a Grécia demonstra, pouco importa quem governa, desde que governe sob imposição europeia. Não permitiremos esse caminho e tudo faremos no reforço do compromisso de defesa de salários, pensões e Estado Social.

O próximo orçamento do Estado português é convocado pelo diretório europeu e colocado no centro do processo de ameaças e chantagens a propósito da aplicação de sanções a Estados da zona euro. Muito embora as metas previstas no Pacto de Estabilidade e no Tratado Orçamental tenham sido sucessivamente incumpridas por diversos países, a Comissão Europeia nunca propôs a aplicação de sanções. Que o Partido Popular Europeu, que integra PSD e CDS, tenha agora lançado o apelo a sanções contra Portugal e Espanha, é um forte indicador de que a resposta do diretório alemão à crise institucional agravada pelo Brexit assentará em novas limitações à soberania democrática dos Estados membros e no reforço do poder das grandes economias sobre os países mais pequenos.

As alegações de Wolfgang Schäuble sobre um novo resgate financeiro a Portugal fazem parte desta lógica punitiva, mas também são uma manobra de diversão na semana em que o FMI declarou que o Deutsche Bank é o maior risco para a estabilidade financeira mundial. Este apelo à especulação contra Portugal vem tentar iludir a real situação dos grandes bancos europeus e reforçar a mentira que atribui aos povos do Sul a responsabilidade pela crise na Europa.

3. É A TROIKA E AS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS QUEM MERECE SANÇÃO

A Comissão Europeia quer castigar o país pelo resultado das políticas de austeridade que a própria Comissão mandou executar. O pretexto oficial da ameaça de sanções é o incumprimento das metas para o défice nos anos 2013 a 2015, quando a política económica portuguesa era ditada a partir de Bruxelas e o Governo PSD/CDS fazia questão de ir além da troika.. Portugal, o “bom aluno” que, quando era governado pela direita falhou cada meta orçamental europeia,, é punido no preciso momento em que a execução orçamental dá sinais positivos. Ao diretório europeu não interessam as contas públicas, mas a humilhação e a submissão à austeridade.

A atual indefinição acerca do momento e das condições da sanções é mais uma forma de pressão. A Comissão Europeia acionou o processo de sanção e delegou a decisão sobre que sanção, que formalmente é sua, ao Ecofin (reunião dos ministros da economia e das finanças dos estados membros da UE). Este processo contorna regras para aumentar a influência dos governos da família política da direita alemã e portuguesa e apresentar as sanções como resultado da atual maioria parlamentar e da influência da esquerda. Trata-se de uma punição política à escolha democrática da maioria dos portugueses.

PSD e CDS começaram por criticar as sanções, que condenaram em voto parlamentar, mas depressa procuraram adaptar-se à linha dos seus tutores políticos europeus, desdobrando-se agora em explicações da “desconfiança europeia” quanto às alterações políticas do pós-legislativas. As intervenções mais recentes revelam a natureza do PSD de Maria Luís Albuquerque e Passos Coelho: são os amplificadores internos da chantagem externa contra Portugal, é essa a sua única estratégia para o regresso ao poder.

4. CABE À ESQUERDA DEFENDER A DEMOCRACIA CONTRA O AUTORITARISMO

A rejeição transversal da aplicação de sanções a Portugal deve convocar uma ampla rejeição do Tratado que as impõe. A necessidade de desvinculação do Tratado Orçamental, sempre defendida pelo Bloco de Esquerda, não só não perdeu centralidade, como regressa assim pela porta principal da luta política. Este tratado, que foi aprovado no Parlamento Europeu e na Assembleia da República com os votos de PSD, PS e CDS, condensa os mecanismos de limitação dos parlamentos nacionais e de imposição de sanções caso não sejam cumpridas regras impossíveis sobre o défice e dívida pública. Como agora só a Inglaterra estava de fora, com o Brexit deixa de haver obstáculos a que esse tratado intergovernamental passe, como a Alemanha sempre quis e o próprio tratado prevê, a Tratado Europeu até ao final de 2017.

Os acontecimentos recentes apenas reforçam a necessidade de Portugal se desvincular deste verdadeiro tratado da austeridade, recorrendo a referendo se o quiserem impor como tratado europeu. O Bloco de Esquerda reitera a sua posição de sempre e defende que seja dada a palavra ao povo por uma mudança.

A União Europeia é uma construção feita contra a soberania democrática povos. Aceitar a submissão à política imposta por instituições sem legitimidade democrática seria a completa resignação à austeridade. A democracia seria reduzida ao simbólico. Pelo contrário, a esquerda só sai desta armadilha nos termos do confronto europeu: a luta pela democracia é a luta pelo emprego e pelos

direitos Essa luta começa, desde já, pelo respeito pelas mudança política decidida pelo povo português nas eleições de Outubro de 2015, pelo novo equilíbrio de forças no parlamento e pelo governo que dele resultou.

5. A CRISE DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES AGRAVA-SE SOB A ESCALADA DA VIOLÊNCIA NO MÉDIO ORIENTE E AS DECISÕES IRRESPONSÁVEIS DA UNIÃO EUROPEIA

Enquanto a União Europeia se enredava na espiral punitiva do pós-Brexit, só na primeira semana de Julho os atentados na Turquia, no Líbano, no Bangladesh e no Iraque mataram mais de 300 pessoas e feriram cerca de 500. Os Médicos Sem Fronteiras alertam que cerca de 60 mil refugiados sírios, metade deles crianças, estão “encurralados”, sem qualquer apoio humanitário, numa faixa desértica na fronteira jordano-síria. Com o silêncio cúmplice do resto da União Europeia, a Hungria expulsou 600 refugiados e migrantes num só dia e anuncia um referendo para fechar definitivamente as fronteiras, a realizar no mesmo dia da repetição das eleições presidenciais austríacas, que a extrema-direita pode vencer. A crise dos refugiados, longe de ter terminado, agravar-se-á. A recusa de uma resposta solidária, responsável e de acordo com o respeito pelos Direitos Humanos à altura da situação é um grave fator de descrédito e desagregação europeia. O recente acordo celebrado com a Turquia, a política de armamento e a manutenção de programas como o Frontex, a par do vergonhoso falhanço do programa de alojamento das pessoas refugiadas, são medidas ativas de uma União Europeia conivente com a política de guerra, do genocídio e da xenofobia.

6. A ESTRATÉGIA BELICISTA DA NATO TORNA O MUNDO MAIS INSEGURO

Quando vivemos tempos de grande instabilidade política e de insegurança dos povos, com a guerra da Síria e do Iraque e a escalada do terrorismo jihadista, na Cimeira da NATO, reunida em Varsóvia sob a batuta dos EUA, desenham-se jogos de guerra, delineando-se o regresso ao clima de Guerra Fria com a movimentação de tropas e material bélico para os países Bálticos e Polónia, apostando na política de dissuasão e a conseqüente corrida aos armamentos e o reforço da ameaça nuclear.

O Bloco recusa esta lógica belicista de regresso aos equilíbrios de terror, assentes na ameaça nuclear que torna o Mundo num local cada vez mais inseguro.

O Bloco reafirma que a guerra é um meio para a afirmação imperialista na disputa por territórios, mercados, e recursos, em que a NATO desempenha papel fundamental.

Assume especial importância a divulgação das conclusões do relatório Chilcot, encomendado pelo governo britânico, onde ficam evidentes as responsabilidades conscientes dos governantes que decidiram a invasão do Iraque em 2003. Esse momento ficará na história do nosso século, seja pelas suas macabras consequências diretas seja pelos seus reflexos até aos dias de hoje em toda o Médio Oriente e não só. **As conclusões do relatório Chilcot sublinham também o papel dos governantes portugueses de então, a começar por Durão Barroso e Paulo Portas, que hoje devem ser responsabilizados como nunca foram, pelo verdadeiro crime de guerra que foi a cimeira das Lajes.**

7. O BLOCO RECUSA O TTIP, O TISA E O CETA

Nos próximos meses inicia-se o processo de ratificação dos tratados de Livre Comércio, sendo o CETA (Acordo entre o Canadá e a UE) o primeiro a ser ratificado.

O Bloco reitera a sua oposição aos acordos como o CETA, TTIP e TISA, acordos que têm como objetivo uma maior liberalização das trocas comerciais e a privatização de recursos - água e energia - e serviços - saúde e educação - públicos.

Os acordos prevêm ainda a criação de mecanismos de natureza semelhante aos tribunais arbitrais internacionais, pondo em causa o Estado de direito e a soberania nacional.

O Bloco assinou há uma semana uma resolução conjunta dos partidos Europeus de Esquerda manifestando esta posição. Recusamos os tratados, o secretismo que tem marcado as negociações e exigimos a discussão pública dos conteúdos dos mesmos, incluindo a discussão nos parlamentos nacionais.

O Bloco insta o governo Portugal a juntar-se ao governo belga na oposição ao CETA, tendo em vista a criação de uma minoria de bloqueio.

O Bloco compromete-se a continuar o seu trabalho com os movimentos e as associações, nacionais e internacionais, que travam esta luta contra os tratados, nomeadamente a plataforma Não ao Tratado Transatlântico.

8. ORGULHO E RESISTÊNCIA, DEPOIS DE ORLANDO

No passado dia 11 de junho, o mundo indignou-se perante o «Massacre de Orlando», nos EUA, que contou com quase 50 mortos e outros tantos feridos, num crime de ódio à mão armada contra a comunidade LGBTI+ de Orlando, na discoteca Pulse Club, uma das mais frequentadas por aquela população nesta cidade. A opção do agressor por um espaço de diversão frequentado

maioritariamente por pessoas LGBTI+ latinas, negras ou não brancas, é demonstrativa da urgência em combater o racismo e a xenofobia, a par com o combate à transfobia e à homofobia.

O mês de junho foi o mês do Orgulho LGBTI+, em memória da «Revolta de Stonewall» em 1969, quando algumas pessoas trans e de género diverso, mais uma vez latinas, negras e não brancas, se revoltaram contra a polícia, que as atacava frequentemente num outro bar LGBTI+, o Stonewall Inn, em Nova Iorque. Por todo o mundo o Orgulho tenta resistir e em Portugal não foi diferente, tendo-se realizado marchas em Coimbra, Lisboa, Porto e Braga.

9. O BLOCO SAÚDA A MANIFESTAÇÃO CONVOCADA PELA PLATAFORMA IMIGRAÇÃO E CIDADANIA

O Bloco saúda a manifestação convocada pela Plataforma Imigração e Cidadania, realizada no dia 3 de julho em Lisboa, onde centenas de imigrantes sob o lema ‘sem direitos iguais todos perdemos’ exigiram a cidadania plena. Exigiram a alteração à Lei de Imigração que, ao requerer um comprovativo de entrada legal no território nacional e modificar as regras de inscrição na Segurança Social, coloca na ilegalidade muitos milhares de imigrantes que fazem a sua vida em Portugal, contribuem para a cultura, economia e sociedade portuguesa.

O Bloco de Esquerda apoia a luta dos e das imigrantes posicionando-se contra os entraves da Lei da Imigração e, nesse sentido, propôs alterações ao seu articulado que limitam o poder discricionário do SEF e facilitam a regularização dos imigrantes que vivem em Portugal.

10. URGÊNCIA AMBIENTAL: É NECESSÁRIO TRAVAR A EXPLORAÇÃO DE HIDROCARBONETOS

A votação em Parlamento de várias propostas legislativas relativas à exploração de petróleo e gás em Portugal revelou um acordo claramente insuficiente em relação a este tema. Existem 15 concessões para exploração de gás e petróleo em terra e no mar, por métodos convencionais e não convencionais, como o fracking, no Algarve, no Alentejo e na zona Oeste, que urge travar, contra a destruição ambiental e económica, pelo combate e adaptação às alterações climáticas. O Bloco continuará a aplicar-se e mobilizar-se, no Parlamento e nas ruas, no sentido de travar a exploração de hidrocarbonetos no país.

11. UMA CAIXA PÚBLICA, FORTE E ORIENTADA PARA A ECONOMIA PRODUTIVA

A Direita que alienou o setor dos seguros da Caixa ou que reduziu os seus ativos em mais de 20 mil milhões de euros, quer uma Caixa mais frágil para a submeter à predação privada. Passos Coelho defendeu, em 2008, a privatização da Caixa e o programa eleitoral do PSD, em 2011, defendia a dispersão em bolsa do capital da Caixa, abrindo as portas à privatização. Não nos enganamos, por isso, quanto ao seu objetivo para o banco público.

No entanto, o passado e o presente do sistema bancário apenas reforçam a necessidade uma banca pública, forte e capitalizada. A banca pública é um instrumento para o investimento, para o apoio às pequenas e médias empresas e para o desenvolvimento económico. Mas garantir a sua propriedade pública não chega: é preciso garantir que a sua gestão não é capturada por interesses partidários ou negócios obscuros.

O que defende o interesse público é o controlo integralmente público da CGD, a sua capitalização, a sua reorientação estratégica para o investimento produtivo, a averiguação e atribuição clara de responsabilidades sobre atos de gestão passados que tenham sido ruinosos e que tenham obedecido a outros interesses que não os da CGD. O que respeita o interesse público é o fortalecimento da CGD, sem despedimentos e sem fragmentação. É nessa solução que o Bloco de Esquerda se empenha.

A MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

RESOLVE:

Realizar ao longo de Julho e Agosto uma série de comícios de rua e iniciativas de divulgação na denúncia das pressões europeias e de mobilização popular contra a chantagem.

Apoiar e divulgar em todo o país a iniciativa dos jovens do Bloco “Liberdade 2016”, que decorre de 3 a 7 de Agosto; um acampamento que é um ponto de encontro de combates e de insubmissão de centenas de jovens.

Reforçar os espaços abertos de debate e elaboração política e de encontro das resistências sociais. O Fórum Socialismo, que terá lugar de 26 a 28 de Agosto em Santa Maria da Feira, com a presença de ativistas de diversas áreas, marca essa orientação do Bloco de Esquerda na *rentrée* política.

Promover um amplo debate sobre o Orçamento do Estado para 2017, com especialistas de diversos setores, reforçando o compromisso de recuperação de rendimentos do trabalho em que se funda a maioria parlamentar.

Mandar Marisa Matias para coordenar com o departamento internacional do Bloco de Esquerda a organização de uma Assembleia Europeia das Alternativas, que junte forças políticas e movimentos sociais anti-austeridade, a acontecer em Portugal na próxima primavera. Uma Assembleia que lance as fundações de uma nova política de cooperação na Europa. Uma alternativa solidária, que combata a xenofobia e se afirme como democrática e anti-fascista, que tenha o pleno emprego e o Estado Social como prioridades, que não aceite acordos de subalternização da democracia às multinacionais, que denuncie o Tratado Transatlântico, que rejeite a NATO e que assente a segurança no fim de todas as formas de imperialismo e de terror.

Iniciar a preparação de uma iniciativa ampla e popular em defesa do ambiente e do Tejo e que dê continuidade à luta pelo encerramento da Central Nuclear de Almaraz.

Apoiar o Bloco Açores na preparação e na campanha das eleições legislativas regionais de 16 de Outubro de 2016. Retirar a maioria absoluta ao PS na região é um passo decisivo para aprofundar a autonomia, trazer transparência à governação e defender os serviços públicos e os rendimentos e direitos do trabalho na Região Autónoma dos Açores. O Bloco de Esquerda Açores é a força que pode fazer a diferença nestas eleições.

LISTA PARA A COMISSÃO POLÍTICA

MOÇÃO A:

Catarina Soares Martins
Fabian Filipe Figueiredo
Isabel Cristina Rua Pires
Joana Rodrigues Mortágua
Jorge Duarte Gonçalves da Costa
José Borges Araújo Moura Soeiro
José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão
Luís Emidio Lopes Mateus Fazenda
Luís Valentim Pereira Monteiro
Maria da Conceição Ferreira de Sousa Peralta
Maria Manuel de Almeida Rola
Mariana Rodrigues Mortágua
Marisa Isabel Santos Matias
Patrícia Romão Barreira
Pedro Filipe Gomes Soares
Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares
Sandra Mestre da Cunha

MOÇÃO B:

João Manuel Martins Madeira
Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias
Suplentes:
Maria Jorgete Ribeiro de Sá Teixeira
Jorge da Glória Barreto Candeias Nunes

MOÇÃO R:

Catarina Príncipe Leal Azevedo Fernandes
Samuel Marcelino Belchior Cardoso
Suplentes:
Bela Irina Passos Natário de Castro
Carlos Alberto Sainica Carujo

MINUTA DA REUNIÃO COMISSÃO POLÍTICA 9 JULHO 2016

Estiveram presentes Beatriz Gomes Dias, Catarina Martins, Isabel Pires, Joana Mortágua, Jorge Costa, José Gusmão, José Soeiro, Luís Fazenda, Luís Monteiro, Maria Manuel Rola, Mariana Mortágua, Marisa Matias, Patrícia Barreira, Pedro Filipe Soares, Pedro Soares, Samuel Cardoso e Sandra Cunha. E ainda Irina Castro e Jorgete Teixeira em substituição de Catarina Príncipe e João Madeira, respectivamente.

Foi eleito o secretariado composto por Adelino Fortunato, Fabian Figueiredo, Joana Mortágua, Jorge Costa, Luís Fazenda, Mariana Mortágua e Pedro Soares com 15 votos a favor e 4 contra.

Foi decidido que a Comissão Política reunirá ordinariamente quinzenalmente às quintas-feiras às 21h. Nos meses de Julho e Agosto, e atentas as iniciativas já em curso, as reuniões serão marcadas conforme a disponibilidade e necessidade. A próxima reunião será dia 20 de Julho às 21h na sede nacional.